



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

12243 - Resumo Expandido - Trabalho - 15a Reunião da ANPEd – Sudeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 05 - Estado e Política Educacional

A POLÍTICA EDUCACIONAL NA PERSPECTIVA EMPRESARIAL: APONTAMENTOS SOBRE O NOVO ENSINO MÉDIO

Denise Maria Reis - UFSCar - Universidade Federal de São Carlos

Desde os anos 1990, o Brasil assiste ao avanço do neoliberalismo na forma de gerir o Estado e em suas políticas sociais, com intensas repercussões reformistas nos âmbitos estatal e educacional (CARINHATO, 2008). A escolha e manutenção das políticas de educação neoliberais deixam claro o desejo ideológico de se sustentar que o privado é melhor que o público (FREITAS, 2012). Tal perspectiva resulta no sequestro da educação pelo empresariado para atender a seus interesses de disputa ideológica e em incessantes propostas por uma educação, supostamente de qualidade, que não funcionam e que demandam sempre novas reformas de cima para baixo (FREITAS, 2018) balizadas pela Nova Gestão Pública, isto é, por um modelo de gestão gerencialista que aplica princípios, valores e estratégias da administração privada na administração pública (RAMOS, 2016).

Na esteira da hegemonia da política educacional de caráter empresarial, o presente trabalho tem como objetivo apresentar apontamentos sobre o novo ensino médio a partir das primeiras aproximações de gestores escolares com a reforma desta etapa de ensino e com a implantação da sua Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Trata-se de alguns resultados de pesquisa de pós-doutorado em educação desenvolvida com auxílio de bolsa do Programa Nacional de Pós-Doutorado da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (PNPD/CAPES), entre os anos de 2018 e 2019.

A pesquisa foi desenvolvida com oito unidades escolares da rede estadual do município de Pouso Alegre/MG que ofertam o ensino médio. Os procedimentos metodológicos adotados contemplaram a realização de entrevistas semiestruturadas (FLICK, 2004) e a observação (BEAUD; WEBER, 2014) de aulas e de reuniões de equipe pedagógica. Os dados foram organizados em temas e categorias, sendo examinados por meio da análise de conteúdo (LAVILLE; DIONNE, 1999) e da abordagem crítico-dialética (GAMBOA, 2007).

O diretor de uma das escolas públicas, em reunião com o corpo docente, demonstrou que a sua percepção sobre o novo ensino médio é de uma política não apenas conservadora, mas reacionária, fornecendo como exemplo a ausência do debate sobre identidade de gênero na BNCC, a natureza burocrática e de fachada da participação e protagonismo dos estudantes na gestão escolar e a proposta de uma formação profissional precária. É importante destacar que, segundo Ferretti (2018), o projeto da nova reforma do ensino médio foi produto dos interesses e da articulação de grupos e segmentos sociais vinculados ao empresariado nacional. Desde o início, a nova reforma foi justificada pela exigência de aprimoramento do desempenho dos estudantes nas avaliações nacionais e internacionais, visando conciliar essa etapa de ensino às demandas dos jovens e do mercado de trabalho por meio da flexibilização curricular (SILVA; SCHEIBE, 2017; FERRETTI; SILVA, 2017).

Em outra escola, a diretora afirmou que conhecia a nova reforma e a BNCC do ensino médio, enviando-nos por e-mail, posteriormente, o Parecer 937/2018 do Conselho Estadual de Educação e o Currículo Referência de Minas Gerais para a educação infantil e o ensino fundamental. Respondemos à mensagem agradecendo-a e indagando se a Superintendência Regional de Ensino (SRE) não havia encaminhado o material do ensino médio. A resposta negativa sinalizou que a gestora não se atentou para o fato dos documentos não se referirem à etapa do ensino médio. Já a supervisora pedagógica, reconheceu que o estado mineiro ainda não tinha elaborado e divulgado o Currículo Referência para o ensino médio porque a sua BNCC foi homologada tardiamente, ainda que tenha demonstrado não entender o motivo para isso. Afirmou acreditar que as mudanças que iriam ocorrer, com destaque para os itinerários formativos, seriam para melhorar o ensino médio, mas lançou desconfiança sobre a possibilidade de que a reforma transformasse o ensino presencial em a distância, haja vista que, para ela, os estudantes não teriam a autonomia necessária para o desenvolvimento dos seus estudos.

Moura e Lima Filho (2017) assinalam que o discurso da flexibilização da estrutura curricular e da liberdade concedida aos jovens na escolha de itinerários formativos leva à redução do currículo e ao aligeiramento do ensino médio; além de forçar, na prática, uma decisão compulsória por aquilo que a escola conseguir ofertar, dada a sua realidade local e capacidade orçamentária, e numa determinada carga horária obrigatória (MOTTA; FRIGOTTO, 2017).

A BNCC foi formulada e aprovada a partir das novas orientações e processos de gestão, avaliação e regulação da educação e do currículo, enfatizando-se o discurso da mudança e da reforma do conhecimento numa perspectiva neoeconomicista. Na prática, ela reduz o processo formativo e enfatiza as competências e habilidades, sendo altamente prescritiva e padronizadora dos currículos escolares, especialmente por restringir-se aos “direitos de aprendizagem” e não de educação. Resulta, portanto, em propostas curriculares mais operacionais e estandardizadas que secundarizam as ciências humanas e as artes (DOURADO; SIQUEIRA, 2019).

Diante dos achados da pesquisa e das discussões desenvolvidas, cabe ressaltar o descompasso apontado por Paro (2001) entre a realidade da escola pública e o que aprendemos em nossos estudos acadêmicos sobre políticas educacionais. Tal descompasso relaciona-se com a ausência de importantes aportes teóricos na formação dos profissionais da educação, especialmente aqueles relativos ao neoliberalismo, aos efeitos das ações de agências internacionais, à privatização do ensino, à suposta autonomia escolar. Ademais, a efetiva apreensão das pessoas como sujeitos de direitos e de participação e da democracia como processo gestor e mediador precisa ser privilegiada tanto na formação dos profissionais da educação quanto na realização de políticas educacionais.

Palavras-chave: Política Educacional Empresarial; Novo Ensino Médio; Reforma do Ensino Médio; BNCC.

Referências

BEAUD, Stéphane; WEBER, Florence. **Guia para a pesquisa de campo**: produzir e analisar dados etnográficos. Tradução Sérgio de Almeida. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

CARINHATO, Pedro H. Neoliberalismo, reforma do Estado e políticas sociais nas últimas décadas do século XX no Brasil. **Aurora**, ano II, n. 3, p. 37-46, dez. 2008.

DOURADO, Luiz F., SIQUEIRA, Romilson M. A arte do disfarce: BNCC como gestão e regulação do currículo. **RBPAE**, v. 35, n. 2, p. 291-306, maio/ago. 2019.

FERRETTI, Celso; SILVA, Monica. Reforma do ensino médio no contexto da medida provisória n. 746/2016: Estado, currículo e disputas por hegemonia. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 38, n. 139, p. 385-404, abr./jun., 2017.

FERRETTI, Celso. A reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade da educação. **Estudos Avançados**, v. 32, n. 93, p. 25-42, 2018.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução Sandra Netz. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FREITAS, Luiz C. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 33, n. 119, p. 379-404, abr./jun.2012.

FREITAS, Luiz C. **A reforma empresarial da educação**: nova direita, velhas ideias. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

GAMBOA, Silvio. **Pesquisa em educação**: métodos e epistemologias. Chapecó: Argos, 2007.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Tradução Heloísa Monteiro & Francisco Settineri. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

MOTTA, Vânia; FRIGOTTO, Gaudêncio. Por que a urgência da reforma do ensino médio? Medida Provisória nº 746/2016 (Lei nº 13.415/2017). **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 139, p. 355-372, abr./jun. 2017.

MOURA, Dante; LIMA FILHO, Domingos. A reforma do ensino médio: regressão de direitos sociais. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 11, n. 20, p. 109-129, jan./jun. 2017.

PARO, Vitor H. Políticas educacionais: considerações sobre o discurso genérico e a abstração da realidade. *In: __. Escritos sobre educação*. São Paulo: Xamã, 2001. p. 121-139.

RAMOS, Géssica P. Reforma e gerencialismo na política educacional paulista de 1995 a 2014: muito além das conjunturas. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 92, p. 546-578, jul./set. 2016.

SILVA, Monica; SCHEIBE, Leda. Reforma do ensino médio: pragmatismo e lógica mercantil. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 11, n. 20, p. 19-31, jan./jun. 2017.